# CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA

### **FOLHA DE PROTOCOLO**

Protocolo nº: 850/2025

Data: 29/08/2025

Protocolado por: Mathias Costa

Tipo de Proposição: Anteprojeto de Lei nº 005/2025

Autor(es): Fabíola Mereles

Processo no Sistema Elotech: 590/2025

# Ementa/Resumo:

Institui o Cadastro Municipal de Pessoas com Deficiência (CMPCD), no âmbito do Município de Palmeira/PR, e dá outras providências.

Assinado por:
CAMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA

Mathias Costa



29/08/2025 14:27:28





## **ANTEPROJETO DE LEI Nº**

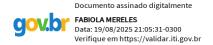
Institui o Cadastro Municipal da Pessoa com Deficiência (CMPCD) no âmbito do Município de Palmeira/PR e dá outras providências.

- Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Palmeira/PR, o Cadastro Municipal da Pessoa com Deficiência (CMPCD), com o objetivo de organizar um banco de dados atualizado sobre as pessoas com deficiência residentes no município, visando subsidiar a formulação e a execução de políticas públicas inclusivas.
- Art. 2º O Cadastro Municipal da Pessoa com Deficiência terá as seguintes finalidades:
- I Identificar e mapear a população com deficiência e suas necessidades específicas;
- II Apoiar a elaboração de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, trabalho e mobilidade;
  - III Garantir prioridade e direcionamento de programas e serviços;
- IV Facilitar o acesso a benefícios e projetos sociais do município, do Estado e da União;
- V Fortalecer a atuação dos Conselhos Municipais e da rede de proteção social.
- Art. 3º A inscrição no Cadastro será voluntária, devendo ser realizada pelo próprio cidadão com deficiência ou por seu responsável legal, mediante:
  - I Apresentação de documento de identidade e comprovante de residência;
- II Laudo médico ou relatório multiprofissional que comprove a deficiência, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID);
- III Preenchimento de formulário padrão com informações sociais, econômicas e de saúde.
- Art. 4º A gestão do Cadastro será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, podendo atuar em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e Educação, além de entidades representativas da pessoa com deficiência.



- Art. 5º Os dados coletados deverão ser protegidos conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018), sendo utilizados exclusivamente para fins de formulação de políticas públicas e prestação de serviços.
- Art. 6° O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias, incluindo:
  - I O modelo do formulário e a forma de cadastramento;
  - II A periodicidade de atualização dos dados;
  - III Os critérios para uso das informações em programas municipais.
- Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, podendo ser suplementadas, se necessário.
  - Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 19 de agosto de 2025.



FABÍOLA MERELES
Vereadora





### **JUSTIFICATIVA**

A presente proposição tem como finalidade instituir o Cadastro Municipal da Pessoa com Deficiência (CMPCD) no Município de Palmeira/PR, instrumento essencial para assegurar o pleno exercício da cidadania e garantir que políticas públicas sejam formuladas com base em dados reais e atualizados.

Atualmente, a ausência de informações precisas sobre o número de pessoas com deficiência e suas condições sociais, econômicas e de saúde representa um obstáculo para o planejamento de ações efetivas. Com a criação do Cadastro, será possível mapear as necessidades específicas dessa população, promovendo uma gestão pública mais eficiente, transparente e inclusiva.

O Cadastro servirá como ferramenta estratégica para subsidiar políticas nas áreas da saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, trabalho e mobilidade, além de possibilitar maior integração com programas estaduais e federais. Também permitirá fortalecer a atuação dos Conselhos Municipais, ampliar o acesso a benefícios sociais e garantir o direcionamento de recursos de forma justa e prioritária.

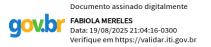
Ressalta-se que a iniciativa não implica em altos custos para o Município, mas trará impactos sociais relevantes, possibilitando que cada pessoa com deficiência seja atendida de acordo com sua realidade. Experiências exitosas em outros municípios, como São José dos Pinhais/PR, demonstram que a implementação de um cadastro estruturado contribui significativamente para a efetividade das políticas públicas e para a valorização da dignidade humana.

Assim, o projeto se fundamenta nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da inclusão social, reafirmando o compromisso do Município de Palmeira com a construção de uma sociedade mais justa, acessível e solidária.

Dessa forma, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação desta importante medida, que visa promover um atendimento digno e adequado às pessoas com deficiência, oferecendo-lhes condições de acesso, equidade e inclusão social, e garantindo o pleno exercício de seus direitos à saúde, à educação e à dignidade humana.



Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 19 de agosto de 2025.



# FABÍOLA MERELES Vereadora

